



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo Legislativo

Processo	Data/Hora
2025-558	12/12/2025 11:04
Unidade	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DAD)	
Solicitante	
SILVANI DA SILVA RAMOS	
Tipo	
Processo Legislativo	
Assunto	
PL - CONTRATAÇÃO TEMP. CARGO PLANO CARREIRA MAGISTÉRIO	
Descrição	
08 (oito) cargos de contratos de Professores Área 1 - Educação Infantil - 24h/s - convênio Estado - Of. Mens. nº 459/25-GPM	

5EWA.TUEF.ERNQ.QI2J



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. Mens. nº 459/25-GPM.

Santo Antônio da Patrulha, 12 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência

Senhor André Luis de Oliveira Selistre,
Presidente da Câmara de Vereadores,
Santo Antônio da Patrulha, RS.

Assunto: Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Enviamos o Projeto de Lei que “Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.”, para apreciação e votação por essa Casa.

Esse Projeto de Lei justifica-se para atender demandas da Secretaria da Educação, para contratação de oito professores Área 1 – Educação Infantil – 24h/s, para atuar em Escolas Estaduais, a fim de atender convênio existente entre o Município de Santo Antônio da Patrulha eo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para atendimento de turmas de Educação Infantil de 4 e 5 anos, na zona rural do município, para 2026, conforme Mem. nº 1841/25-SEMED, Processo Eletrônico 2025-10877.

Atenciosamente,

Rodrigo Gomes Massulo,
Prefeito Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço e informe o código: <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> HSXN.GLJV.RX7U.M1BH



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI N.º _____/2025

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de Professor, junto à Secretaria Municipal da Educação, a fim de atender convênio existente entre o Município de Santo Antônio da Patrulha e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul , conforme abaixo especificado:

Nº de cargos	Denominação	Carga horária semanal
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Abentulino Ramos - Pinheirinhos	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Afonso José Nunes Sant'Anna - Barrocadas	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Antônio Carlos - Miraguaia	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. José Martins Correia Filho - Pinheirinhos	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. José Pereira da Rocha - Catanduva	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Presidente Castelo Branco - Herval	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Santos Dumont - Morro Grande	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Vila Lobos - Barro Vermelho	24 h/s

Art. 2º As especificações exigidas para a contratação de servidor, na forma desta Lei, são as que constam do respectivo Plano de Carreira (Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011), com alterações posteriores, para cargo de igual denominação.

Art. 3º Os contratos firmados em decorrência desta Lei terão a vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura dos mesmos, podendo ser renovados por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197 da Lei Complementar n.º 035, de 7 de outubro de 2005 (Regime Jurídico).

Parágrafo único. Os contratos firmados em decorrência desta Lei poderão ser rescindidos a qualquer tempo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos nesta Lei terão os direitos previstos pelo artigo 199, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Regime Jurídico), bem como o constante no artigo 12, da Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011 (Plano de Carreira do Magistério Público Municipal), com alterações posteriores.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária ou pela que a substituir no exercício de 2026:

Dotação orçamentária: 684

Projeto atividade: 2019 – Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Infantil

Rubrica: Contratação por tempo determinado

Recurso 0500 – MDE

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 12 de dezembro de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270&5YRD.ZXZO.F1UQ.UD21>



INFORMAÇÃO

Informo que o Projeto de Lei vinculado ao Processo Legislativo n° 558/20205, foi registrado através do n.º 535/2025, sob o n.º de Protocolo n.º 5118/2025, em 12 de dezembro de 2025, às 13h00.

Santo Antônio da Patrulha, 12 de dezembro de 2025.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço e informe a chancela

<https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270>

Y8JS.JRHJ.QZWE.6MLY



Of. n.^o 1971/2025

Santo Antônio da Patrulha, 15 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência
Senhor Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal,
Santo Antônio da Patrulha - RS.

Assunto: Envio de Projeto de Lei .

Encaminho o **Projeto de Lei nº 535/2025**, que " Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências - 08 Professores Área I - Educação Infantil - 24h/s - SEMED ", o qual foi apreciado durante a 46^a Reunião Ordinária, realizada na data de 15 de dezembro, junto à Sessão Legislativa de 2025, por acordo de lideranças, foi aprovado por unanimidade.

Atenciosamente,

Vereador André Luís de Oliveira Selistre,
Presidente do Legislativo Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço a seguir e informe a chancela

<https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270>

KCO5.KNAC.GQIV.4ENI

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS DE OLIVEIRA SELISTRE**, em 16/12/2025 às 08:57:04.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI N° 10.817, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de Professor, junto à Secretaria Municipal da Educação, a fim de atender convênio existente entre o Município de Santo Antônio da Patrulha e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul , conforme abaixo especificado:

Nº de cargos	Denominação	Carga horária semanal
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Abentulino Ramos - Pinheirinhos	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Afonso José Nunes Sant'Anna - Barrocadas	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Antônio Carlos - Miraguaia	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. José Martins Correia Filho - Pinheirinhos	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. José Pereira da Rocha - Catanduva	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Presidente Castelo Branco - Herval	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Santos Dumont - Morro Grande	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Vila Lobos - Barro Vermelho	24 h/s

Art. 2º As especificações exigidas para a contratação de servidor, na forma desta Lei, são as que constam do respectivo Plano de Carreira (Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011), com alterações posteriores, para cargo de igual denominação.

Art. 3º Os contratos firmados em decorrência desta Lei terão a vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

mesmos, podendo ser renovados por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197 da Lei Complementar n.º 035, de 7 de outubro de 2005 (Regime Jurídico).

Parágrafo único. Os contratos firmados em decorrência desta Lei poderão ser rescindidos a qualquer tempo.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos nesta Lei terão os direitos previstos pelo artigo 199, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Regime Jurídico), bem como o constante no artigo 12, da Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011 (Plano de Carreira do Magistério Público Municipal), com alterações posteriores.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária ou pela que a substituir no exercício de 2026:

Dotação orçamentária: 684

Projeto atividade: 2019 – Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Infantil

Rubrica: Contratação por tempo determinado

Recurso 0500 – MDE

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de dezembro de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airoldi
Secretaria da Administração e Finanças



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço chancela

<https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> TZWM.TCRL.NXOV.ZOUD

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA
PATRULHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI N° 10.817, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025**

Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, conforme faculta o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, para suprir necessidades de Professor, junto à Secretaria Municipal da Educação, a fim de atender convênio existente entre o Município de Santo Antônio da Patrulha e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme abaixo especificado:

Nº de cargos	Denominação	Carga horária semanal
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Abentulino Ramos Pinheirinhos	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Afonso José Nunes Sant'Anna - Barrocadas	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Antônio Carlos Miraguaia	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. José Martins Correia Filho - Pinheirinhos	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. José Pereira da Rocha - Catanduva	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Presidente Castelo Branco - Herval	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Santos Dumont - Morro Grande	24 h/s
01	Professores Área 1 – Educação Infantil - E.E.E.F. Vila Lobos - Barro Vermelho	24 h/s

Art. 2º As especificações exigidas para a contratação de servidor, na forma desta Lei, são as que constam do respectivo Plano de Carreira (Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011), com alterações posteriores, para cargo de igual denominação.

Art. 3º Os contratos firmados em decorrência desta Lei terão a vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura dos mesmos, podendo ser renovados por igual período, de acordo com o previsto no artigo 197 da Lei Complementar n.º 035, de 7 de outubro de 2005 (Regime Jurídico).

Parágrafo único. Os contratos firmados em decorrência desta Lei poderão ser rescindidos a qualquer tempo.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos nesta Lei terão os direitos previstos pelo artigo 199, da Lei Complementar n.º 035, de 07 de outubro de 2005 (Regime Jurídico), bem como o constante no artigo 12, da Lei Municipal n.º 6.312, de 16 de agosto de 2011 (Plano de Carreira do Magistério Público Municipal), com alterações posteriores.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária ou pela que a substituir no exercício de 2026:

Dotação orçamentária: 684

Projeto atividade: 2019 – Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Infantil

Rubrica: Contratação por tempo determinado

Recurso 0500 – MDE

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 23 de dezembro de 2025.

RODRIGO GOMES MASSULO

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLÉIA JUÇARA AIROLDI

Secretaria da Administração e Finanças

Publicado por:

Ana Cristina Salazar

Código Identificador:B6BB0DB5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 24/12/2025. Edição 4233

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>